

PATRÍCIA SOUSA BORGES

A TUTELA DOS DIREITOS DA CRIANÇA

NO DESPORTO EM ESPECIAL

ÍNDICE

Nota Prévia	7
Abreviaturas e Siglas	9
Resumo	11
<i>Abstract</i>	13
 NOTA INTRODUTÓRIA	 15
 I. A CRIANÇA ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS	 19
1. O regime jurídico da menoridade	19
1.1. O conceito de criança	19
1.2. A validade dos negócios praticados pela criança.....	21
1.3. O regime da representação	23
1.4. O consentimento prestado pela criança e pelo jovem.....	26
1.4.1. A harmonização com os direitos de personalidade da criança.....	33
 II. A CRIANÇA ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS NO DESPORTO	 43
2. A Consagração do Direito das Crianças ao Desporto em Portugal.....	43
2.1. O direito da criança ao desporto.....	44
2.2. O direito da criança a compatibilizar o desenvolvimento escolar e o desporto.....	48
2.3 O direito da criança a escolher a modalidade desportiva	51
2.3.1. Uma questão de particular importância?	55
2.3.2. O grau de perigosidade associado à atividade desportiva.....	60
2.4. O direito da criança ao desporto como uma questão de saúde.....	64
2.4.1. Uma causa questão de particular importância e/ou uma causa de inibição do exercício das responsabilidades parentais?	68

•	
2.4.2. Uma situação de perigo à luz da LPCJP?	77
2.5. O direito da criança a uma proteção especial no seio desportivo	82
2.5.1. Na vida social em geral	83
2.5.2. No desporto em especial	85
III. A CRIANÇA ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS NO PLANO LABORAL-DESPORTIVO	93
3. Os direitos da criança e do jovem enquanto sujeito laboral no desporto	93
3.1. Na vida social em geral.....	93
3.2. No desporto em particular	97
3.3. O Regime Jurídico de Formação Desportiva.....	97
3.3.1. O contrato de Formação Desportiva	100
3.4. A proteção dos direitos da criança no futebol pelas entidades inter- nacionais	104
3.4.1. FIFA Regulations on the Status and Transfer of Players: a proteção das crianças e jovens no processo de transferência de jogadores	107
3.4.2. Registo e comunicação de crianças e jovens nas academias des- portivas	110
3.4.3. A compensação devida pela formação e o mecanismo de solida- riedade	111
REFERÊNCIAS CONCLUSIVAS	115
Bibliografia.....	123
Jurisprudência	131
Índice.....	133



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt